



Pirassununga, 1 de dezembro de 2025

Propositura: Projeto de Resolução Nº 12/2025

Autoria: Mirelle Cristina De Araújo Bueno, **Coautoría:** Luciana Batista – “Luciana do Léo”, Sandra Valéria Vadalá Muller – “Sandra Vadalá”

Assunto: Projeto de Resolução que cria a procuradoria especial da mulher, como órgão não vinculado a procuradoria do Câmara.

Parecer Jurídico

O presente parecer técnico-jurídico não substitui as análises das Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, tampouco vincula a deliberação dos Vereadores no processo decisório.

A manifestação restringe-se à verificação da regularidade formal do procedimento e à compatibilidade normativa com o ordenamento jurídico vigente, não abrangendo juízos de conveniência, oportunidade ou mérito administrativo.

A análise é elaborada no exercício da autonomia técnica assegurada pelo art. 133 da Constituição Federal e art. 7º, inciso I, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia).

Relatório

Trata-se de Projeto de Resolução Nº 12/2025 com o objetivo principal de criar a Procuradoria Especial da Mulher, sendo de autoria das Vereadoras Mirelle Cristina de Araújo Bueno, Luciana Batista ("Luciana do Léo") e Sandra Valéria Vadalá Muller (“Sandra Vadalá”). O regime de tramitação previsto para a Resolução é o Ordinário, exigindo Quórum de maioria absoluta para aprovação.

A Resolução tem como propósito criar a Procuradoria Especial da Mulher como um órgão não vinculado à Procuradoria da Câmara Municipal de Pirassununga. O órgão será independente, composto por Vereadoras, e contará com o suporte de toda a estrutura da Câmara Municipal.

A composição prevista para a Procuradoria Especial da Mulher será de 01 (uma) Procuradora Especial da Mulher e 03 (três) Procuradoras Adjuntas.



Estas integrantes serão designadas pelo Presidente da Câmara Municipal a cada 02 (dois) anos, no início da Legislatura.

As Procuradoras Adjuntas terão a designação de Primeira, Segunda e Terceira. Nessa ordem, elas deverão substituir a Procuradora Especial da Mulher em seus impedimentos e colaborar no cumprimento das atribuições da Procuradoria. Caso não haja número suficiente de vereadoras para ocupar todos os cargos, as funções e cargos serão acumulados, ajustando-se ao número de parlamentares disponíveis na Casa. Adicionalmente, será permitida a participação de vereadores interessados na constituição da Procuradoria Especial da Mulher.

O projeto estabelece que, se todos os cargos de Procuradora estiverem preenchidos, a suplente Vereadora que assumir o cargo em caráter provisório não poderá ser escolhida para a Procuradoria Especial da Mulher ou para Procuradora Adjunta.

A Procuradoria Especial da Mulher terá como competência (Art. 3º) principal zelar pela participação mais efetiva das Vereadoras nas atividades e órgãos da Câmara. Além disso, suas atribuições específicas incluem:

1. Receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e representações de violação dos direitos das mulheres, com a devida garantia de sigilo e acolhimento.
2. Fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo voltados à promoção da igualdade de gênero, bem como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito municipal e convênios firmados com o Estado e a União.
3. Cooperar com organismos nacionais e internacionais, entidades públicas e privadas, instituições de ensino e organizações da sociedade civil na promoção, estudo e defesa dos direitos da mulher.
4. Promover e participar de eventos, seminários, palestras, rodas de conversa e estudos sobre a legislação de proteção à mulher, a igualdade de gênero e a temática feminina em geral. Essa promoção deve incluir o tema do déficit de representação na política, visando a divulgação pública e o fornecimento de subsídio às Comissões da Câmara.



O Projeto de Resolução determina ainda que toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria Especial da Mulher deverá ter ampla divulgação pelo órgão de comunicação da Câmara Municipal.

As despesas decorrentes da execução da Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente. A Resolução entrará em vigor na data de sua publicação oficial, com a nomeação imediata das integrantes.

A Justificativa do projeto estabelece que a instituição da Procuradoria visa atuar na defesa e promoção dos direitos das mulheres e no combate à violência de gênero, inspirando-se nos avanços e resultados positivos observados em diversas casas legislativas, citando como exemplo o município de Araras/SP.

O texto fundamenta a proposta na Constituição Federal, mencionando os princípios da dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade justa e solidária, e a promoção do bem de todos sem discriminação de sexo (Art. 5º, I). Argumenta-se que, apesar desses preceitos, a realidade social em Pirassununga, como parte da Federação, ainda demonstra persistentes desigualdades e altos índices de violência contra as mulheres, demandando uma medida concreta e proativa do Poder Legislativo local.

A Procuradoria da Mulher é vista, pela justificativa, como um braço do Legislativo para fiscalizar a aplicação de legislações protetivas, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Suas funções incluiriam a proposição de novas leis, a fiscalização de programas governamentais e a promoção de debates de conscientização. Ao ser instituída, a Procuradoria buscaria consolidar a Câmara como um espaço de acolhimento e voz para as mulheres do município, atuando como um catalisador para a participação feminina na política local e incentivando a formulação de políticas públicas com perspectiva de gênero.

É a síntese do necessário.



Fundamentação

Competência Legislativa

A criação da Procuradoria Especial da Mulher, na forma de órgão interno da Câmara Municipal, insere-se na competência legislativa municipal para dispor sobre assuntos de interesse local e sobre a própria organização de seus Poderes.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que compete aos Municípios “*legislar sobre assuntos de interesse local*” (art. 30, I), bem como suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, II).

No plano municipal, a Lei Orgânica de Pirassununga reafirma essa competência ao dispor que a Câmara, com a sanção do Prefeito, “*dispõe sobre todas as matérias de competência do Município*” (art. 25), e, em sede de competência privativa, explicita que cabe à Câmara “*organizar os seus serviços administrativos*” (art. 26, III).

A Lei Orgânica também define, de maneira expressa, o lugar das resoluções no sistema normativo municipal. O artigo 29 estabelece que o processo legislativo compreende, entre outros, “*Decretos Legislativos*” e “*Resoluções*”, enquanto o parágrafo único do artigo 26 dispõe que “*as deliberações da Câmara serão tomadas, sobre os assuntos de sua economia interna, mediante Resoluções, e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decretos legislativos*”.

Desse modo, matérias relativas à organização interna dos serviços legislativos e à criação de órgãos políticos internos, desde que não impliquem criação de cargos ou aumento de despesa enquadram-se, em regra, no campo das resoluções.

A Procuradoria Especial da Mulher, tal como delineada no Projeto de Resolução nº 12/2025, configura órgão interno de natureza política e institucional, estruturado a partir de vereadoras integrantes da própria Câmara e voltado à atuação na esfera de fiscalização, acompanhamento de políticas públicas e promoção de debates legislativos relacionados aos direitos das mulheres.



Essa natureza aproxima a iniciativa de experiências já consolidadas no âmbito federal e estadual, como a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados (Resolução da Câmara dos Deputados nº 31/2013) e as Procuradorias Especiais da Mulher na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e em diversas Câmaras Municipais.

Nesses precedentes, a Procuradoria da Mulher é reconhecida como órgão de apoio e articulação política, sem funções jurisdicionais ou de representação judicial, o que se coaduna com a competência municipal de auto-organização dos seus órgãos legislativos.

Iniciativa Legislativa

A Lei Orgânica de Pirassununga disciplina a iniciativa legislativa principalmente para leis complementares e ordinárias. O artigo 33 dispõe que *“a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta lei”*, estabelecendo, em seguida, hipóteses de iniciativa privativa do Prefeito (art. 33, § 1º) e hipóteses de iniciativa privativa da própria Câmara, notadamente no que concerne à criação de cargos, organização de serviços e alteração de vencimentos dos seus servidores (art. 33, § 2º, com redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 18/2023).

Essas normas de iniciativa dizem respeito, em essência, a leis, e não diretamente a resoluções, embora o regime de auto-organização da Câmara recomende a observância analógica desses parâmetros também para atos normativos internos.

No que se refere às resoluções, a Lei Orgânica determina que *“os projetos de decreto legislativo e de resolução serão elaborados e redigidos com as mesmas normas técnicas estabelecidas para as leis”* (art. 40), mas não restringe expressamente a iniciativa desses projetos à Mesa¹ ou a outro órgão específico.

¹ Ressalta-se, que a Mesa Diretora da Câmara Municipal é órgão colegiado administrativo e não detém, em si, competência legislativa. A Com



Assim, salvo previsão diversa no Regimento Interno, permanece a regra geral segundo a qual qualquer vereador pode apresentar proposição de resolução que verse sobre matéria de competência da Câmara, desde que não invada campos de iniciativa reservada expressamente ao Prefeito em matéria de lei.

O Projeto de Resolução nº 12/2025, apresentado por vereadoras, situa-se nesse contexto de iniciativa parlamentar individual ou coletiva para matéria de organização interna de caráter político-institucional.

É relevante observar que, apesar de o artigo 16 da Lei Orgânica atribui à Mesa, entre outras funções, a de “*propor projetos de resolução dispendo sobre a criação ou extinção de cargos dos serviços da Câmara*” e “*propor projetos de lei para fixar os respectivos vencimentos*” (redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 18/2023). Tal previsão esbarra em uma conclusão de “*aberratio legis*” que, quando se tratar de criação ou extinção de cargos e de estrutura administrativa funcional do quadro de pessoal, a iniciativa há de ser exercida pela Mesa.

Cumprе esclarecer que a **Mesa Diretora**, como órgão colegiado administrativo interno da Câmara Municipal, **não possui capacidade legislativa nem iniciativa legislativa privativa**, exercendo apenas funções de gestão executiva; por conseguinte, a iniciativa para legislar sobre organização dos serviços legislativos permanece regra geral dos vereadores, não se enquadrando em hipótese de reserva constitucional, sendo que a jurisprudência consolidada do STF restringe as exceções de iniciativa reservada a relações entre Poderes distintos, nunca a limitações internas dentro do Poder Legislativo, o qual possui autonomia constitucional para auto-organização e legislação sobre sua própria estrutura, conforme princípio de separação de poderes com freios e contrapesos.

No caso sob exame, o Projeto de Resolução não cria cargos, não altera o quadro funcional e não dispõe sobre vencimentos, limitando-se a instituir órgão político integrado por vereadoras. Nessa medida, não se identifica, em tese, conflito direto com a cláusula de iniciativa da Mesa, sem prejuízo de eventual aperfeiçoamento político-regimental mediante manifestação expressa da própria Mesa Diretora apoiando a tramitação.



Compatibilidade Constitucional

Em termos constitucionais, a proposta relaciona-se aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, CF) e da promoção do bem de todos, “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV, CF).

A previsão de órgão legislativo interno voltado à promoção dos direitos das mulheres, ao acolhimento de denúncias de violência e discriminação e ao acompanhamento de políticas públicas de gênero insere-se nesse quadro de concretização de direitos fundamentais, especialmente da igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, assegurada pelo artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal.

A iniciativa também dialoga com as diretrizes da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que, em seu artigo 8º, estabelece que “a política pública que visa a garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais”.

Ao prever a criação de um órgão interno da Câmara especificamente dedicado à temática da mulher, com competências de fiscalização e promoção de debates, o Projeto contribui para a implementação dessa política pública articulada, no nível local, sem extrapolar as funções típicas do Poder Legislativo.

A compatibilidade com o princípio da igualdade também se manifesta na opção de composição da Procuradoria prioritariamente por vereadoras.

A Constituição Federal admite medidas de ação afirmativa em prol de grupos que possuem sub-representações fáticas, especialmente em matéria de gênero, como reconhecido em decisões que trataram do financiamento de candidaturas femininas e da participação política das mulheres.

A criação de um órgão parlamentar interno destinado a promover a participação feminina, a partir de composição predominantemente de mulheres, apresenta-se como instrumento de promoção da igualdade material, desde que respeitados os



limites das funções legislativas e a participação de demais parlamentares de forma subsidiária, quando necessário, como prevê o próprio texto do Projeto.

Compatibilidade Legal (Vertical e Horizontal)

No plano vertical, a compatibilidade do Projeto com a legislação superior se verifica a partir da análise da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município. Do ponto de vista da Constituição Federal, a iniciativa se mantém dentro da competência municipal de interesse local e de organização dos serviços legislativos, sem afrontar normas de competência privativa da União ou do Estado.

No âmbito estadual, não se identificam, na presente análise, normas da Constituição do Estado de São Paulo que vedem a criação de órgãos internos da Câmara com essa conformação, desde que não usurpem funções de órgãos estaduais, o que não ocorre. Por fim, a Lei Orgânica de Pirassununga, como visto, expressamente autoriza a Câmara a organizar seus serviços administrativos e estabelecer resoluções sobre economia interna.

No plano horizontal, cumpre avaliar a relação da Procuradoria Especial da Mulher com outros órgãos que exercem atribuições na seara da proteção de direitos e do enfrentamento à violência de gênero, tais como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a polícia judiciária, a advocacia pública municipal e os conselhos de direitos da mulher.

A Lei Maria da Penha ressalta o papel do Ministério Público na defesa dos interesses das mulheres em situação de violência e na promoção de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, bem como a atuação dos órgãos de segurança pública e da rede de atendimento. Nesse contexto, a *Procuradoria Especial da Mulher deve ser compreendida como órgão político do Poder Legislativo*, responsável por acolher, orientar, encaminhar e acompanhar demandas junto aos órgãos competentes, sem poderes para investigação criminal, ajuizamento de ações ou representação judicial do Município.



É oportuno registrar que a denominação “Procuradoria” pode suscitar confusão com as funções típicas da advocacia pública e dos órgãos de procuradoria do Ministério Público ou dos Tribunais de Contas.

No âmbito da Lei Orgânica de Pirassununga, a organização da Procuradoria Geral do Município é matéria de lei complementar (art. 31, § 1º, V, redação anterior; atualmente disciplinada na legislação específica), vinculada à função de representação judicial e assessoramento jurídico do Executivo.

A Procuradoria Especial da Mulher, por sua vez, não desempenha, em tese, a advocacia pública, não atua em processos judiciais em nome do Município e não integra a estrutura da Procuradoria Geral do Município, sendo órgão interno do Legislativo com natureza diversa.

Recomenda-se que o texto da resolução contenha cláusula expressa esclarecendo que suas atribuições não se confundem com as funções constitucionais do Ministério Público, dos Ministérios Públicos de Contas, da polícia judiciária e da advocacia pública, limitando-se a funções de caráter político, pedagógico e de encaminhamento.

Compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece, em seus artigos 15 a 17, requisitos para a criação ou expansão de ações governamentais que acarretem aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, exigindo estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para seu custeio.

No âmbito municipal, a Lei Orgânica de Pirassununga determina, no artigo 38, que “nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos”. Além disso, o artigo 34, inciso II, veda aumento de despesa em “projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara de Vereadores”.



À luz desses dispositivos, observa-se que o Projeto de Resolução nº 12/2025 afirma que as despesas decorrentes da sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, já consignadas no orçamento vigente, e estipula composição da Procuradoria exclusivamente por vereadoras, sem previsão de cargos em comissão, funções gratificadas ou aumento do quadro de pessoal.

Nessa configuração, não há, em tese, criação de despesa obrigatória de caráter continuado além daquelas já previstas no orçamento da Câmara, que já suporta o custeio dos mandatos e das estruturas de gabinete.

A vedação do artigo 34, inciso II, da Lei Orgânica incidiria, com maior rigor, se o projeto alterasse a organização dos serviços administrativos com reflexos remuneratórios, o que não se apresenta no texto analisado.

É necessário, contudo, destacar que eventual desenvolvimento posterior da Procuradoria Especial da Mulher, com a criação de cargos específicos, unidades administrativas autônomas ou gratificações próprias, deverá observar, de forma estrita, a disciplina da LRF e da Lei Orgânica.

Nessas hipóteses, a forma adequada será a via de lei, com iniciativa na forma da Lei Orgânica, indicação de impacto orçamentário-financeiro, respeito aos limites de despesa com pessoal do Poder Legislativo e demonstração da compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. A resolução, portanto, não pode ser utilizada como instrumento para, de forma indireta, criar despesa obrigatória nova ou ampliar o quadro de pessoal sem a observância dos requisitos legais e constitucionais aplicáveis.

Compatibilidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI)

A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) estabelece, como regra, a publicidade dos atos da Administração Pública, mas admite restrições ao acesso a informações quando necessárias à proteção da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, especialmente em se tratando de dados pessoais sensíveis.



A atuação da Procuradoria Especial da Mulher envolve, segundo o Projeto, o recebimento, exame e encaminhamento de denúncias e representações acerca de violações de direitos das mulheres, inclusive em contextos de violência doméstica e familiar, o que implica o tratamento de informações pessoais sensíveis e, em determinados casos, sigilosas.

O Projeto prevê que a Procuradoria garantirá sigilo e acolhimento no recebimento dessas denúncias, o que é compatível com a LAI e com a necessidade de proteção da vítima contra exposição e revitimização. Simultaneamente, determina que as iniciativas da Procuradoria tenham ampla divulgação pelos canais de comunicação da Câmara Municipal, o que se harmoniza com o princípio da transparência ativa, na medida em que essa divulgação diga respeito a campanhas, programas, relatórios gerais e ações institucionais, sem identificação de dados pessoais.

A conciliação entre sigilo individual e publicidade institucional exige, contudo, regulamentação interna, a fim de definir fluxos de informação, níveis de acesso e critérios de anonimização.

Nesse sentido, mostra-se relevante a elaboração, por ato administrativo correspondente, de protocolo específico de tratamento de informações no âmbito da Procuradoria Especial da Mulher, contemplando, entre outros aspectos: critérios para registro de denúncias; modos de armazenamento de documentos físicos e digitais; restrição de acesso a dados identificáveis; procedimentos para comunicação com outros órgãos (Ministério Público, polícia, Defensoria Pública, serviços de saúde e assistência social); e regras para divulgação de informações em relatórios e meios de comunicação da Câmara. Tais medidas são condizentes com as diretrizes da LAI e com a literatura sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, que aponta a importância do sigilo e da proteção de dados na atuação em rede.

Conclusão

A análise dos aspectos de competência legislativa, iniciativa, compatibilidade constitucional, compatibilidade legal vertical e horizontal, bem como de conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Acesso à



Informação, indica que o Projeto de Resolução nº 12/2025, na forma como se encontra redigido, se insere no campo da auto-organização do Poder Legislativo municipal, utilizando instrumento normativo (resolução) previsto na Lei Orgânica para tratar de matéria de economia interna da Câmara.

No plano material, a instituição de órgão interno composto por vereadoras, com atribuições de acolhimento e encaminhamento de denúncias, fiscalização de programas e promoção de debates sobre direitos das mulheres, relaciona-se diretamente à concretização de direitos fundamentais de igualdade e à implementação, em nível local, de políticas públicas previstas em normas federais, como a Lei Maria da Penha.

Observa-se, porém, a necessidade de delimitação clara das atribuições da Procuradoria, a fim de evitar confusão com as funções precípuas do Ministério Público, dos Ministérios Públicos de Contas, da polícia judiciária e da advocacia pública municipal, sugerindo-se a inclusão de dispositivo expresso que restrinja sua atuação ao âmbito político-institucional e de encaminhamento, sem poderes de investigação criminal, propositura de ações ou representação judicial.

No âmbito fiscal e de transparência, o Projeto, tal como estruturado, não cria novos cargos nem amplia o quadro de pessoal, afirmando que funcionará com base em dotações orçamentárias já existentes, o que, em tese, atende às exigências da Lei Orgânica e da Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que futuras alterações estruturais sejam submetidas ao regime próprio de criação de despesa.

Quanto à Lei de Acesso à Informação, a previsão de sigilo no tratamento de denúncias e de ampla divulgação das ações institucionais pode ser compatibilizada por meio de protocolos internos específicos de proteção de dados sensíveis.

Nessas condições, sob a perspectiva estritamente jurídico-normativa, não se identificam, na presente fase, óbices insuperáveis à continuidade da tramitação do Projeto de Resolução nº 12/2025 no processo legislativo, recomendando-se, apenas por preciosismo, o aperfeiçoamento do texto quanto à delimitação de competências, à prevenção de confusões terminológicas associadas ao uso do termo “*Procuradoria*” e à regulamentação interna do sigilo e do tratamento de informações sensíveis.



Ante todo o exposto, esta procuradoria conclui pela continuidade da tramitação da presente propositura, nos termos procedimentais.

Mauro Zamaro

Procurador Legislativo

OAB/SP 421.466



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico



DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA

Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=829VWWC64VB0R6UX>, ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 829V-WWC6-4VB0-R6UX

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Relatório Jurídico Nº 1 ao Projeto de Resolução Nº 12/2025 - PROTOCOLO: - - - CHAVE PARA VALIDAÇÃO: 829V-WWC6-4VB0-R6UX